



A luta pelos direitos humanos na cidade de Osasco (1974 a 1988) – A Atuação do Centro de Defesa de Direitos Humanos de Osasco (CDDHO).

Lucas Alves de Camargo¹

Nossa pesquisa, ainda em curso, tem como objetivo analisar a experiência combativa das comunidades pobres da cidade de Osasco, entre os anos de 1974-1988. Visamos compreender a formulação das experiências, representações, práticas e as diversas estratégias de ação coletivas, que foram articuladas através de uma extensa ação social que concretizou movimentos de luta pela efetividade dos direitos civis e humanos. Neste contexto reivindicativo é formado em 1977 o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco (CDDH-O), instituição civil vinculada a grupos operários atuantes e comunidades católicas de base. O CDDH-O operava pela defesa dos direitos civis e humanos das comunidades pobres da região. Buscamos compreender a atuação desta instituição e as reivindicações que as comunidades consolidaram sobre as condições de vida, as demandas do bairro, a violência policial, o preço das mercadorias, o direito a moradia, o direito a alimentação e a vida.

Reflexões Teóricas e Metodológicas

A documentação analisada é composta majoritariamente de documentos escritos: boletins informativos, documentos paroquiais, fichas de descrição dos casos, documentos jurídicos, documentos oficiais, cartas, jornal Passo a Passo², dentre outros. Buscamos conciliar a pesquisa documental com a utilização de depoimentos de membros que foram atuantes no Centro de Direitos Humanos de Osasco (líderes do movimento, padres, funcionários, plantonistas de bairros e demais militantes) e de pessoas engajadas na experiência de luta comunitária, com relação aos movimentos de bairros e as organizações operárias que atuavam articuladas em tono da luta pelos direitos humanos.

Objetivamos fazer uso da pesquisa com História Oral para elucidar a experiência coletiva construída pelos depoentes e o modo como as múltiplas memórias individuais dos sujeitos analisados, que compõe parte do imagético social, se constituíram sobre a temática

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bolsista do programa CAPES.

² O jornal “Passo a Passo” foi uma publicação produzida pelo Centro de Direitos Humanos de Osasco entre os anos de 1983 e 1984. Era utilizado para formar e conscientizar os leitores sobre as transgressões aos Direitos Humanos que ocorriam na cidade, era um importante instrumento de divulgação das ações do CDDH-O e de compartilhamento da experiência de outros grupos sociais ativos.

dos Direitos Humanos, sobretudo, a respeito das diversas reivindicações feitas no período analisado, das quais visualizamos a formação de sua experiência combativa.

Em nossa pesquisa, buscamos compreender a cultura³, os valores, ideais, intenções e interpretações do real a partir dos membros que compunham o Centro de Direitos Humanos de Osasco, seus apoiadores e as comunidades. A isso damos destaque para uma das principais documentações analisadas: As fichas de caso. Elas são reconstruções dos discursos das possíveis vítimas que buscaram o CDDH-O para relatar as violações sofridas. São uma representação do discurso dos sujeitos a partir de referenciais jurídico-burocráticos e da dinâmica do direito constitucional, que era o principal campo de atuação do Centro. Acreditamos que encontrar tais reconstruções nos documentos possibilita a compreensão do contexto na qual está inserida a ação do Centro e a forma como este dialogava com os diferentes grupos sociais com que se relacionava.

Os depoimentos realizam uma reconstrução do real plena de valores e significados que oferecem traços e caminhos sobre a experiência⁴ vivida e posteriormente relata. São informações ocultadas, presentes na essência dos discursos elaborados, que podem vir à luz através da interlocução destes com estratégias de verificação.⁵ As fontes trazem aspectos da vivência dos sujeitos e dos significados atribuídos para os diversos contextos de sua experiência, como a questão da violência policial, o papel dos agentes do Estado e da polícia, o local onde viviam, as comunidades da qual faziam parte, suas relações com as estruturas burocráticas do Estado ditatorial, os significados atribuídos para sua luta, a busca e reconhecimento dos direitos, o modo como entendiam suas carências e a necessidade de moradia⁶. Buscamos compreender quais práticas construíram, qual a natureza de suas

³ Buscamos em Raymond Willians perceber a cultura como dimensão da experiência histórica, como esfera de onde são produzidas as mudanças que refletem os diversos elementos que compõem a sociedade, indissociavelmente imbricada à política, economia e aos demais elementos que compõem a experiência humana.

⁴ Buscamos em Eduard Palmer Thompson a construção metodológica de abordagem das fontes através da noção de experiência. Busca-se analisar as perspectivas populares, a experiência constitutiva dos sujeitos e das classes, o cotidiano de luta, as resistências cotidianas e a cultura social do período estudado. Assim como Thompson, buscamos compreender as estratégias cotidianas, as resistências culturais que impactam nos mecanismos de controle e poder, as relações entre as classes sociais, a formação do conjunto social e da experiência histórica a partir dos sujeitos constituidores dos processos.

⁵ Aplicado à nossa documentação, o paradigma indiciário proposto por Carl Ginzburg, permite elucidar os significados atribuídos pelos sujeitos ao real, para compreender a construção e o papel de suas representações no espaço analisado e no contexto reivindicativo que pretendemos elucidar.

⁶ Veja-se: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. Especificamente o texto: “Em busca de um novo método, as estratégias de se fazer História”, onde a autora discute as abordagens possíveis em relação à documentação.

elaborações, as criações, os modos de incorporação, utilização e apropriação de um conceito exterior para as suas demandas reivindicativas, suas estratégias e táticas de ação e subversão.

Buscamos entender quais os motivos levaram a escolha da temática dos direitos humanos como principal conceito utilizado na resistência à violência policial e à problemática da habitação. Através da análise documental esperamos compreender quais as relações e interlocuções foram estabelecidas pelos sujeitos entre a militância operária, a teologia da libertação e os direitos civis e humanos.

Interlocuções entre a Teologia da Libertação e a temática dos Direitos Humanos

Na década de 1960, diversos movimentos internacionais de luta pelos Direitos Humanos consolidaram o universalismo como princípio norteador de suas ações, assim, buscavam abranger diferentes contextos e culturas em todas as partes do Globo. Em 1961 vai ser criada em Londres a ONG “Anistia Internacional”, responsável por instituir uma ampla discussão sobre a defesa dos Direitos Humanos e o alargamento de seus conceitos de acordo com a realidade social e política dos países. Sua ação vai embasar-se na denúncia de violações aos direitos e na defesa dos presos e perseguidos por motivos de consciência, que compreendia as perseguições por convicções políticas e religiosas, por preconceitos raciais, linguísticos e culturais. O crescimento de movimentos como a Anistia Internacional e sua divulgação pelo mundo, com a propagação de fóruns de debate e a distribuição de prêmios Nobel, permitia que os movimentos de resistência do Brasil tivessem um embasamento internacional de instituições e conceitos que comportavam a dura experiência política do regime ditatorial e que poderiam ser incorporados na promoção das reivindicações e na organização dos diferentes grupos atuantes.

Por sua vez, a Igreja Católica no Brasil, que inicialmente assumiu posição de neutralidade, e em vezes de apoio, ao golpe civil-militar de 1964, abraçou grupos de oposição que divergiram do governo ditatorial, sobretudo a partir de 1968, com a propagação da Teologia da Libertação⁷, sob os direcionamentos do concílio Vaticano II⁸ (1962-1965) e a

⁷ A Teologia da Libertação é aqui entendida como conjunto de ideias que surgiram após a Conferência de Medellín (1968), que buscam como plano comum para a formação de pastorais na América Latina a necessidade de consolidar ações de atuação junto aos oprimidos, com o objetivo de conquistar a sua liberdade para alcançar a justiça e a paz social.

⁸ A igreja passava por novos posicionamentos sobre a participação popular, com divergências das concepções de missão, vivência da fé e da instituição com relação à sociedade. No Brasil, as violações do regime militar

influência da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (Conferência de Medellín de 1968). As lideranças católicas buscaram alternativas à teoria revolucionária comunista que florescia no continente americano, sobretudo após a experiência revolucionária cubana. Frente às estratégias de sublevação e rebelião dos marxistas, a igreja incitou a promoção da justiça para a construção da paz social, sobre uma perspectiva doutrinária e cristã. Mas o objetivo aparentemente reacionário de suas pretensões acendeu novas possibilidades ao orientar as paróquias para uma aproximação mais intensa com as populações pobres, quando passou a fomentar a participação de grupos leigos de diversas temáticas no interior de sua estrutura, sobretudo, com a criação das comunidades eclesiais de base e de suas pastorais. A partir de tal posicionamento, as comunidades e os movimentos de resistência teriam na igreja um espaço de organização e construção de suas ações frente ao Estado e as estruturas de poder.

“A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global, onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenha, através de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade”. (Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 1968).

Após a conferência de Medellín, os setores da Igreja que eram atuantes em movimentos operários e sociais tiveram embasamento para suas ações através de uma diretriz que foi definida para todo o continente latino-americano⁹. Deste modo, grupos ligados a Teologia da Libertação se difundiram pela Arquidiocese de São Paulo, preconizando o caráter social da Igreja e sua vocação para atuar ao lado dos oprimidos.

No ano de 1970, assume o comando da Arquidiocese de São Paulo o Arcebispo Paulo Evaristo Arns, que vai incentivar a formação de pastorais e grupos comunitários e promover uma extensa discussão no interior da igreja paulistana sobre a transgressão dos direitos humanos, com vigilância aos constantes casos de violação aos direitos civis e políticos promovidos por agentes do Estado, que estavam relacionados a perseguições por motivos de consciência. A dualidade de contextos no interior da Igreja, com o florescimento de alas mais

umentavam esses conflitos e levavam a um posicionamento mais progressista de alguns setores da igreja, sobretudo daqueles mais próximos das populações pobres. Após as preposições do Concílio Vaticano II clérigos atuantes em grupos organizados vão buscar um posicionamento mais dinâmico com relação à conjuntura política e social.

⁹ Veja-se: JESUS, Paulo Sérgio de. “Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970)”. Onde o autor discute a atuação de padres e militantes católicos em grupos organizados que possuíam uma ampla ação no interior do movimento operário da cidade.

progressistas¹⁰ e próximas às demandas sociais, vai favorecer para que a temática dos Direitos Humanos seja incorporada em torno do contexto de ação dos coletivos de base, cuja inspiração teológica ligava-se as propostas da Teologia da Libertação.

Muitas transformações ocorreram na Igreja de Osasco nesse período. As paróquias recebiam padres estrangeiros que estavam em missões de formação para o estabelecimento de comunidades eclesiais. Estes se uniam a setores progressistas da região e passavam a exercitar junto aos padres locais, as orientações da Conferência de Medellín. A atuação destes padres foi percebida junto à comunidade, quando organizavam coletivos para atuarem na reivindicação dos direitos. As Igrejas de Santo Antônio e Imaculada Conceição haviam disponibilizado espaços para a formação de núcleos de discussão sobre o trabalho e a questão sindical. Em meados da década de 1970 era ampla a articulação dos movimentos operários com a atuação das comunidades, que abordavam as diversas particularidades referentes à questão do trabalho. Os grupos eram formados por padres progressistas, militantes e operários que desenvolveram uma experiência combativa que solidificou a ação dos sujeitos coletivos e possibilitou a interlocução das atuações fomentadas pelo Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação com as práticas históricas de luta operária¹¹. (JESUS, 2007:100-109).

Após a greve da Cobrasma, em 1968, ocorreu à perseguição das lideranças do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, com a posterior intervenção deste pelo Departamento Regional do Trabalho (DRT) e a desarticulação de suas funções mais combativas, que foi conciliada com a perseguição e demissão de membros das comissões de fábrica. A repressão dos patrões e do governo acarretou em um esvaziamento do movimento operário da forma como este se constituía até fins da década de 1960¹². A nova direção do sindicato, supervisionada pela DRT, operava sobre ações burocráticas, abandonando as antigas reivindicações e atuações. Após a repressão, membros destes grupos passaram a atuar de forma mais intensa em organizações de bairros e em movimentos católicos.

¹⁰ Estes setores progressistas mostravam-se preocupados com a formação dos trabalhadores e com a construção de uma atuação mais pacífica, voltada para a defesa dos direitos dos oprimidos através da legislação e das estruturas do sistema legal. Atuavam de acordo com as premissas do concílio de Vaticano II, buscando VER, em vista de analisar os problemas sociais e a realidade vivida pela população pobre; JULGAR, através de estudos que pudessem fazer compreender a realidade percebida por meio de uma leitura teológica das ciências políticas e sociais; AGIR, em vista de estruturar mecanismos de ação para que pudessem obrar contra a opressão imposta ao povo.

¹¹ De acordo com Jesus (2007), faziam parte desse contexto os sujeitos atuantes na Juventude Operária Católica (JOC), na Ação Católica Operária (ACO), na Frente Nacional do Trabalho (FNT) e na Pastoral Operária (PO).

¹² Para mas veja-se: COUTO, Greve na Cobrasma: Uma História de Luta e resistência. PUC- SP. 2003.

A formação dos novos sujeitos coletivos em Osasco esteve intercruzada pela experiência do movimento operário, com a atuação que os sujeitos passaram a promover nos bairros em que habitavam¹³. Sua vivência no novo espaço de ação que se dava a partir da Igreja, promovia uma importante relação entre a experiência de luta operária e sindical com as premissas da militância católica, que estavam orientadas pela formação comunitária e cristã para a promoção de uma atuação pacífica na luta pelos direitos dos oprimidos, em vista de libertá-los das injustas condições econômicas, políticas e sociais existentes. Assim, os recintos das Igrejas da cidade se transformavam em espaços de reflexão e discussão sobre a realidade vivida nos bairros e nas fábricas. Nos encontros elaboravam-se novas formas de ação, onde ocorriam avaliações da experiência de luta e articulações entre os diversos projetos e objetivos da classe trabalhadora da cidade. Deste modo, com a interlocução entre os movimentos de bairro e a igreja católica, através das comunidades eclesiais de base, se intensifica o intercambio entre as práticas de organização operária e as propostas católicas para os movimentos sociais, pautadas na leitura litúrgica da ação social, na passividade dos movimentos e na atuação dentro da legalidade estabelecida pela constituição e pelos organismos internacionais.

Padres conduziam as pastorais com a perspectiva de propagar o evangelho em conjunto com estratégias de luta nos bairros. As pastorais potencializavam as práticas dos grupos organizados, se transformaram em matrizes para a luta por melhores condições de vida da classe trabalhadora. A articulação das pastorais e dos movimentos de bairros transformou a cena política da cidade, surgiram novas formas de reivindicação e de ação coletiva, baseadas na luta cristã pacífica pela justiça social e pelos direitos básicos de todos os cidadãos¹⁴.

A documentação do Centro de Direitos Humanos de Osasco evidencia que os movimentos estavam em constante diálogo com as diversas manifestações e ações coletivas que ocorriam no país e exterior. As pastorais e demais grupos organizados buscavam informações sobre táticas e estratégias de ação coletiva de grupos atuantes, sobretudo na esfera dos direitos. Discorriam sobre a incorporação e utilização de tais pressupostos no contexto de luta da região em que atuavam. Entre estas interlocuções destaca-se a não

¹³ Entendemos que após a repressão aos movimentos grevistas, ocorre uma amplificação da importância do bairro na constituição dos movimentos sociais promovidos e organizados por trabalhadores.

¹⁴ Caso ilustrativo desta característica das pastorais católicas de Osasco pode ser verificado na Pastoral Operária, conduzida pelo padre operário Domingos Barbé. A pastoral operária atuou junto às necessidades dos trabalhadores, auxiliando na organização de suas demandas e em defesa de seus direitos frente ao Estado e ao empresariado.

violência ativa de movimentos inspirados na proposta de Mahatma Gandhi, cuja divulgação entre as Américas encontrou amplitude com os movimentos em defesa dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, com a liderança do pastor evangélico Martin Luther King Jr. Animava os grupos eclesiais à construção de práticas embasadas na ideia da não agressão e no amor ao próximo, noções que articulavam em torno da representação do evangelho sobre a própria experiência de Cristo.

“A não violência ativa é a conduta do militante que age com cabeça fria. Naturalmente, todo ser humano é fraco, sujeito ao descontrole emocional, à raiva, ao ressentimento, ao medo, ao desânimo. Na luta aparece sempre a tentação da violência que faz perder o equilíbrio [...] Mas o que diz a única prece que Jesus nos ensinou? Não nos deixei cair em tentação”. (BARBÉ, 1983: Pág. 18).

As pastorais de Osasco, em especial, a Pastoral Operária, passam a propagar um projeto libertador universal, constituído pela necessidade de formar os oprimidos para uma atuação mais reflexiva, combativa na luta pelos direitos e em busca da justiça social. Elaboravam discursos sobre a necessidade de lutar pela igualdade humana em Cristo, em busca da paz e pela criação de uma comunidade fraterna em defesa dos pobres.

Entorno da ação política de não enfrentamento e de defesa dos oprimidos, a noção de Direitos Humanos foi uma incorporação fundamental. A construção de uma prática reivindicativa em torno deste conceito possibilitava a formação de resistências que criavam ações embasadas na luta sobre direitos inerentes a todos os homens e mulheres, cujo respaldo se dava em uma ampla discussão internacional. Estes grupos não buscavam revolucionar o sistema ou protestar as ações institucionais do regime de forma direta, mas utilizavam em sua construção discursiva, os mesmos pressupostos de legalidade que os militares se embasavam para sua manutenção no poder e para a legitimidade de suas ações. Atuar na esfera dos direitos significava embasar as ações coletivas na legalidade, pressuposto necessário para contrapor a ideia de subversão propagada pela burocracia do Estado e pelo establishment. A incorporação e a centralidade da luta pelos Direitos Humanos nos movimentos eclesiais configura uma astuciosa tática de ação¹⁵ que ampliou a capacidade de defesa dos perseguidos pelo regime e de atuação dos diversos movimentos coletivos, que buscavam a consolidação de seus direitos frente ao regime. Instrumentalizou ações coletivas orientadas com a utilização da mesma base discursiva do poder instituído.

¹⁵ Sobre o conceito de tática utiliza-se a formulação proposta por Michel de Certeau em: “A invenção do cotidiano: artes de fazer”. Petrópolis, Vozes, 2007.

Como resultado da interlocução entre os movimentos sociais e as comunidades da Igreja, houve a incorporação da luta pela defesa dos Direitos Humanos em diversas ações coletivas no período analisado. Estes sujeitos coletivos defendiam enquanto direito humano a sua necessidade de moradia, a igualdade entre os sexos, a salubridade dos bairros, a empregabilidade, a baixa do valor dos alimentos, o direito a educação e o fim da excessiva violência policial contra as comunidades pobres.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco

A criação de uma instituição para lutar pelos direitos dos oprimidos e homogeneizar a luta dos diversos grupos atuantes foi incentivada no 1º Encontro Nacional de Justiça e Não Violência, realizado em São Paulo em 1975, cuja discussão foi proferida pelo PE. Domingos Barbe¹⁶, que promovia a Pastoral Operária de Osasco, e por Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho. As comunidades de base possuíam pautas e ações que se intercruzavam a partir das necessidades da população pobre da cidade. Suas atuações estavam direcionadas para as dificuldades enfrentadas na experiência cotidiana de seus membros. Alguns desses componentes, articulados em torno do plano de ação pastoral, consideravam a necessidade de criação de um centro que comportasse todas as pautas, na qual pudessem se reunir e articular suas ações sobre a luta pelos direitos dos oprimidos. O engajamento da igreja¹⁷ em torno desta discussão ocorria através da pastoral Operária e da Pastoral dos Direitos Humanos, que atuavam em conjunto com membros da Fundação Nacional do Trabalho e do Movimento de Justiça e Não Violência.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco (CDDH-O), primeira entidade do gênero no Estado de São Paulo, foi lançado em setembro de 1977, a partir da união de movimentos pastorais, como a Pastoral Operária e a Pastoral dos Direitos Humanos, e de grupos operários ligados e organizados a partir da Fundação Nacional do Trabalho (FNT). As características de sua fundação revelam a adesão de diversos movimentos sociais de Osasco e da atuação e ligação destes com as comunidades católicas atuantes.

¹⁶ A atuação do PE. Barbé sobre a defesa de perseguidos políticos era já conhecida na região. Em 1975, o líder camponês José Manoel da Conceição foi preso em sua residência, no bairro do Munhoz. O acontecimento contribuiu para uma posição em defesa aos Direitos Humanos pelos padres progressistas da região.

¹⁷ A ação de membros das comunidades católicas em movimentos sociais e trabalhistas é percebida nas características desses movimentos, que são articulados em torno da Igreja, com preferência a ações pacíficas e pautas centradas nas demandas cotidianas.

Nos primeiros anos do movimento evidencia-se a centralidade de uma liderança católica¹⁸ com a adesão de sujeitos atuantes em outras lutas sociais. A experiência dos movimentos populares, a participação ativa de membros engajados nas comunidades de base, a centralidade do movimento trabalhista, as pautas cotidianas fomentadas pelas pastorais, a liderança progressista dos padres Domingos Barbé e Agostinho Duarte de Oliveira (este que fez de sua casa a sede do CDDH-O nos primeiros anos), formulam um alargamento das ações. O movimento é abrangido para diversas paróquias da região, onde membros ativos tornam-se responsáveis por fazer a interlocução das necessidades e denúncias das comunidades para atendimento jurídico no CDDH-O. Neste processo são sensibilizadas pessoas para serem plantonistas de direitos humanos nos bairros em que viviam, estes sujeitos faziam a relação entre a comunidade e o Centro de Defesa utilizando para isso os espaços das igrejas e a atuação dos padres.

Parte dos fundadores do Centro estava ligada à dinâmica do movimento operário. Sua articulação ocorria através da participação nos movimentos eclesiais de base, que se expandiam pelos bairros pobres da cidade e ultrapassavam a temática do trabalho. Os sujeitos presentes nos grupos operários comumente participavam de outras ações, integravam um eixo de colaboração que se expandia da Igreja para as diversas pautas e atuações sociais. A participação de operários trazia para o movimento a experiência de organização e de construção de uma entidade participativa e democrática, com a criação de um estatuto com as regras a serem seguidas pelos associados, definições dos papéis de cada membro na composição do centro e com a construção de uma disposição similar aos organismos sindicais¹⁹. Ao CDDH-O foi articulada uma estrutura formal, com a contratação de advogados e plantonistas, a transferência do grupo para uma sede fixa e a participação de membros-sócios que contribuíam com as despesas através de mensalidades.

O Centro de defesa participava e animava diversas frentes de luta, sobretudo sindical. Atuava junto aos sujeitos para que estes pudessem articular a oposição aos sindicatos governistas da cidade. Tinha o objetivo instituído de possibilitar que os movimentos

¹⁸ A Militância de Igreja promovia as ações do CDDH-O, utilizando os espaços da igreja para difundir seus interesses. Inicialmente as Igrejas eram os principais espaços de atuação, apesar de o Centro ser independente e possuir CNPJ próprio.

¹⁹ O CDDHO se organizava internamente nas seguintes instâncias: Assembleia geral, órgão máximo para a tomada de decisão e embasamento das ações; Diretoria, eleita pelo quadro de associados, era responsável por gerir o CDDH-O, cuidar da vida financeira, do relacionamento com outros movimentos sociais e das pautas levadas para a assembleia; e o Conselho Fiscal, responsável por ajudar na administração da entidade.

conquistassem autonomia e passassem a formar seus espaços para assumir os papéis de luta na sociedade²⁰. Deste modo, o CDDH-O passava a funcionar como espaço de união e de apoio para a construção de movimentos autônomos.

Conforme a experiência se consolidava, diversos grupos que atuavam no CDDH-O passaram a ter uma atuação mais independente, sobretudo, em sindicatos e centros comunitários. Estes grupos se organizavam e estruturavam seus departamentos jurídicos, aparelhando suas estratégias de ação. Deste modo, passavam a ter uma dependência menor do CDDH-O, possibilitando que o centro se ocupasse de funções mais direcionadas ao atendimento da população, com atuações intensas sobre os problemas cotidianos enfrentados pelos oprimidos, como a violência policial e a dificuldade de moradia.

O CDDH-O prestava serviços jurídicos e possibilitava que outros coletivos utilizassem sua estrutura para organização das ações. Esta interlocução nos é essencial para a visualização dos movimentos sociais existentes no período. Como toda a ação do centro era documentada, visualizamos sobre o apoio do CDDH-O uma amplitude de movimentos engajados, que lutavam para que suas demandas fossem ouvidas pela sociedade e pelo poder público.

O Centro organizava semanas de Direitos Humanos, simpósios e aulas públicas. Estes eventos tinham a caráter de união dos movimentos e formação dos sujeitos atuantes sobre os seus direitos. Eram promovidos sobre temas que eram escolhidos pelas comunidades em reuniões e assembleias prévias. Entender a escolha dos temas é um caminho para que possamos compreender as principais demandas das comunidades e a relação de sua atuação com as questões cotidianas. A documentação evidencia uma preferência por questões como: desemprego, moradia, fome, violência cotidiana e policial. As pautas e conclusões destes eventos públicos deixam evidente que as comunidades passaram a visualizar como uma transgressão aos seus direitos humanos a forma como se compunha o seu difícil cotidiano e as limitações vividas pelas populações pobres da cidade. A difusão da temática dos direitos humanos é fundamental para que possamos compreender as atuações coletivas elaboradas frente ao poder público e o regime ditatorial. A questão que os sujeitos passam a elaborar será a base para os seus questionamentos e reivindicações: “Por que nossos direitos não são respeitados?” e ainda: “Por que eles (O Estado) não respeitam os nossos Direitos?”²¹

²⁰ Essa característica esteve relacionada à atuação dos padres progressistas, que possuíam o entendimento de formação dos sujeitos. Veja-se BARBÉ, Domingos. “Teologia da Pastoral Operária – Experiência de Osasco”.

²¹ Indagações citadas na Edição nº 7 do Jorna da entidade: “Passo a Passo”, Dezembro de 1983. Localizado no arquivo do CEDIC.

Devido às características destas demandas e a representação que os movimentos fizeram acerca dos direitos humanos e da experiência de viver na cidade, estruturamos a pesquisa em dois eixos de análise: Os Movimentos por Moradia e a Luta Contra a violência policial sobre as comunidades pobres. Acreditamos que as outras demandas e atuações apareçam atreladas a estes dois eixos reivindicativos.

Movimentos por Moradia

Antigo bairro da Capital paulista, a cidade de Osasco surgiu em 1962, após um processo de emancipação política. Neste período já estava consolidado um amplo parque industrial, que viria a se expandir nas décadas seguintes. A cidade possuía oferta de trabalho e recebeu uma grande quantidade de trabalhadores, vindos de diversas partes do Brasil, sobretudo da região nordeste. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, a cidade possuía um crescimento populacional de 8% ao ano. A população que chegava lidou com diversas dificuldades relacionadas à moradia, uma vez que os bairros existentes possuíam péssima infraestrutura, eram incapazes de absorver a enorme demanda populacional e pelo fato de que grande parte da cidade era cortada por fazendas e áreas desabitadas. Deste modo, a necessidade de moradia se tornou uma problemática imediata para a classe trabalhadora da cidade.

Aos poucos novos bairros surgiram a partir de invasões, de loteamentos fomentados pelo poder municipal e, sobretudo, com o apoio da iniciativa privada e de cooperativas. Estes locais passaram a vivenciar um cotidiano completamente novo, na qual se constata o aparecimento de novos sujeitos coletivos em um cenário de luta pelo direito à moradia.

A documentação estudada evidencia uma luta constante acerca do tema, mostra-nos que haviam grupos autônomos organizados que lutaram para que o direito à moradia fosse conquistado. Dialogavam com o poder público, organizavam encontros para discutir os problemas dos bairros, promoviam abaixo-assinados, festas para arrecadar fundos, cooperativas de loteamento, mutirões, invasões coletivas a terrenos do município, entre outras ações. Nas invasões se destaca a autonomia na organização dos movimentos, que não eram liderados por partidos ou elementos da política tradicional. Em muitas o Centro de Direitos Humanos participou efetivamente e documentou as ações.

A luta por moradia cresce no início da década de 1980. Neste período, a documentação corrobora que o maior número de casos listados no CDDH-O se direcionava a questões

habitacionais. Os casos apresentam características diversificadas, com diferentes conflitos e interesses. Destaca-se o diálogo com associações de moradores e grupos de famílias, que buscaram o Centro para denunciar as ameaças existentes contra o seu direito de morar. São pessoas que se reuniam para questionar os objetivos do governo, para denunciar a ação ilegal de imobiliárias e empresas de loteamento. Buscaram o Centro para relatar boatos e ameaças direcionadas pelas autoridades contra a permanência de famílias em terrenos da prefeitura, para reclamar sobre a desocupação de área invadida, dos planos construtivos em áreas comunitárias e da falta de diálogo do governo municipal com os moradores sobre os diversos planos governamentais que não beneficiavam a população pobre. Tais documentos evidenciam que havia um constante conflito de interesses entre moradores pobres da região frente aos projetos do Estado, que comumente favoreciam o interesse de empresas de loteamento, construtoras e grupos de financiamento. Alguns relatos são elucidativos para a compreensão de que havia na região uma intensa luta cotidiana e popular coletiva que objetivava a conquista dos direitos básicos para a população mais pobre.

Muitos indivíduos buscavam o centro para solicitar apoio na resolução de conflitos. Como não possuíam dinheiro suficiente para a contratação de advogados, o CDDH-O aparecia como uma das poucas possibilidades existentes para a reivindicação de seus direitos. Eram demandas que englobavam ordens judiciais de desapropriação, conflitos com proprietários de imóveis alugados, problemas no contrato com empresas de venda de imóveis, casos onde as companhias de venda desejavam tomar judicialmente a residência de um comprador que atrasava as parcelas, problemas referentes à escritura dos imóveis, entre outros. O CDDH-O buscava realizar um diálogo entre os envolvidos, de modo que houvesse um entendimento que não lesasse o sujeito desprovido de recursos. Assim, a atuação jurídica do centro defendia os mais pobres em embates judiciais contra empresas, companhias e o poder estatal²².

Perseguimos evidências da presença de grupos complexos, que buscavam o apoio do CDDH-O. Eram associações e coletividades espontâneas, unidas por interesses em comum, frequentemente pautadas nas penúrias relacionadas à questão da moradia. No caso de áreas de invasão, as associações buscavam um diálogo com o CDDH-O para que este oferecesse orientação sobre a melhor estratégia de ação. Em diversas situações o centro embarcava com

²² Destaca-se o fato de que as atuações buscavam agir na órbita legal do Estado, utilizavam como pressuposto a legislação existente, está tática constituía uma estratégia de resistência ao Regime, uma vez que se valia do discurso da legalidade dos direitos para promover suas reivindicações.

uma ação na justiça comum para evitar um despejo, prolongar uma desocupação instantânea, instituir dificuldades judiciais para garantir acordos estratégicos para as populações do local. Mas de todo modo, as associações possuíam estratégias próprias para dialogar com as instancias de poder, a atuação junto ao CDDH-O fazia parte de um conjunto maior de ações, conforme relato do centro comunitário da fazenda de Carapicuíba, em 1983:

“Este caso é muito sério, porque envolve mais de 300 famílias na fazenda atual de Carapicuíba, onde o prefeito atual está tentando desalojá-las sem a mínima condição legal para isso. (...) Estivemos ontem reunidas com mais de 50 pessoas com que discutimos e haveremos de tomar algumas providencias concretas, como intervir junto ao fórum, junto a prefeitura para deter o prefeito quanto à sua verdadeira intenção”²³.

As comunidades realizavam um diálogo constante com as instâncias de poder para garantir que suas opiniões fossem levadas em consideração na gestão da cidade. Elas reivindicavam a melhoria dos bairros na crença de conquistar uma melhor qualidade de vida para suas famílias, criavam comissões e pressionavam as autoridades para que suas demandas fossem ouvidas. O caso da comissão de defesa dos direitos dos moradores do J.D Guapiuva, de 1982, é exemplo dessa atuação comunitária, abaixo segue o Documento de convocação dos moradores do Bairro para assembleia comunitária:

*“As melhorias que foram feitas no bairro não caíram do céu, foram conquistadas com muita luta e união da atual comissão de defesa do bairro. É necessário deixar claro que o prefeito assinou um compromisso com essa comissão (...) e que em parte não cumpriu até a data marcada: 07/07/1982. (...) Sabemos todos que somos responsáveis pelo bem estar do JD. Guapiuva, pois quem paga impostos somos nós. Pauta da Reivindicação:
– Abertura do Ribeirão Carapicuíba; Galeria; Ponte na rua Catanduva; Horário e dia certo para o lixo passar; Luz na estrada do Guabioba.
Morador Unido jamais será vencido”²⁴.*

Os relatos evidenciam a luta cotidiana de uma população pobre que buscava consolidar estratégias para a resolução de suas necessidades mais imediatas, como a ameaça sofrida por agentes do governo, a ação agressiva de oficiais da Polícia, a necessidade de recursos básicos para a sobrevivência da comunidade, a falta de ruas asfaltadas, de saneamento básico, a precariedade dos ônibus, a escassa iluminação pública, o descaso da prefeitura com a população das favelas, entre outras conjunturas. Suas atuações produziam abaixo-assinados, relatórios, cartas e ofícios, que eram protocolados junto aos órgãos da

²³ Centro comunitário da COOABH de Carapicuíba. Documento pertencente ao acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, disponível para consulta no CEDIC (PUC-SP).

²⁴ Comissão de defesa dos direitos dos moradores do J.D Guapiuva. Documento pertencente ao acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, disponível para consulta no CEDIC (PUC-SP).

prefeitura e levados até a militância do Centro de Direitos Humanos para que este pudesse apoiar as ações. Configurava-se uma intensa luta cotidiana e popular coletiva que objetivava a conquista dos direitos básicos para a população mais pobre da cidade.

Atuações em defesa dos Direitos Humanos – A problemática da violência Policial

No decorrer da década de 1980 teve amplificação a organização de grupos de moradores na luta contra os casos de violência policial. Engajados em comunidades de base, esses sujeitos realizavam levantamentos sobre casos de violações aos Direitos Humanos para atuarem junto ao CDDH-O. Documentavam a violência cotidiana das periferias, como a entrada de policiais nas comunidades, as trocas de tiros noturnas, o assassinato de moradores, as prisões de lideranças comunitárias e de criminosos comuns.

A documentação demonstra a preocupação das comunidades em ressaltar as intimidações que sofriam em um cotidiano conflituoso e incerto, onde o sonho de viver na casa própria coexistia com a precariedade e a violência. Esses sujeitos vivenciavam a ausência de condições básicas para a sua sobrevivência. Com escassos recursos para alimentação, sofriam com a falta de água encanada, de coleta de lixo e de estruturas públicas, como hospitais e escolas. Viviam em locais insalubres, com esgoto exposto e residências construídas de forma precária. Tais condições cooperam para o desenvolvimento de ondas crescentes de violência urbana, que sofrem um combate extensivo das Instituições Policiais. Estas operam nas periferias de Osasco com brutalidade e truculência²⁵.

*“No dia 24/07/81 Luiz Carlos foi Preso pela polícia (Rota) na casa de Maria. (...) a Família procurou e não encontrou o Rapaz. Informado por amigos o pai de Luiz Carlos compareceu ao IML, onde reconheceu o corpo de seu filho. O corpo foi encontrado junto com outros corpos perfurados e metralhados em Alphaville – Barueri”.*²⁶

Os relatos evidenciam o temor que os moradores sentiam das rondas policiais. Trazem evidências das imagens de repressão que construíram sobre as prisões de criminosos comuns

²⁵ A documentação evidencia uma intensa atuação de oficiais do Estado que não operava com base na legislação. Realizavam ataques, prendiam inocentes sem provas, encarceravam menores em prisões comuns, agrediam fisicamente indivíduos com objetivo de intimidar ações coletivas, assassinavam jovens que não haviam cometido delitos, sequestravam suspeitos, realizavam torturas físicas e psicológicas para extrair confissões e relatos forçados. Nas fichas existem evidências da existência de redes de proteção a crimes policiais, com a participação de delegados, médicos legistas e juízes. Em alguns relatos o exame de corpo de delito, que confirmaria as possíveis agressões, era realizado em período muito posterior ao incidente, quando os hematomas da vítima já haviam desaparecido. Os documentos apresentam denúncias de tortura sobre indivíduos pobres no período de abertura política do regime, com uso de técnicas como geladeira, choques elétricos e Pau-de-arara após 1985.

²⁶ Ficha de Caso, 1983. Documento pertencente ao acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, disponível para consulta no CEDIC (PUC-SP).

nos bairros à luz do dia, das trocas de tiros noturnas, das rurais pretas que levavam para a prisão, das cores vermelho e preto que fardavam a Tático Móvel, da ação aguda da ROTA, dos enquadramentos noturnos, das invasões repentinas a barracos e dos constantes toques de recolher, dos quais nem sempre era conhecida a origem.

Os moradores atuantes das comunidades levavam ao CDDH-O os casos de violação aos direitos que ocorriam em seus bairros. O centro utilizava como estratégia o relato da vítima para promover uma representação sobre o caso, consolidava uma série de procedimentos que visavam defender judicialmente os sujeitos. Os plantonistas visitavam as delegacias e discorriam em defesa dos direitos humanos dos sujeitos que haviam sido presos ou acometidos de forma abusiva.

Os sujeitos vão consolidar práticas de resistência que passam a compor a vivência das periferias da região. Percebe-se a existência de um aparelho civil de apoio as comunidades que operava na legalidade. Eram diversos grupos que estavam ligados por uma rede de contatos pessoais e possuíam como pano de fundo a presença de elementos oriundos da igreja católica. Visualizamos a ação da Pastoral dos Direitos Humanos; das Pastorais e grupos de Operários; de coletivos pela paz; de Advogados independentes; de servidores públicos, que atuavam no interior da própria estrutura do Estado. Os sujeitos coletivos atuantes formavam uma rede de apoio civil que agia sobre a precariedade das condições de vida e o cotidiano violento vivido. Constituíam um ativismo civil que barganhava a favor das populações pobres, inibindo diversas ações engendradas pelas estruturas de poder governamental.

São extensos os casos de violação aos direitos humanos no período analisado. Enfatizamos que estes sujeitos coletivos se formaram para responder à violência cotidiana que sofriam. A repressão vivida não estava articulada a preposições políticas ou ao seu engajamento em grupos contrários ao regime. No nosso entendimento, o abuso da violência era disseminado sobre as populações da região devido a sua condição socioeconômica e aos desdobramentos que as carências materiais produziam.

Referências Bibliográficas

BLOCH, MARC. *Introdução à História*. Coleção Fórum da História. Lisboa: Europa América. 1997.

BARBÉ, Domingos. *Teologia d Pastoral Operária*. Vozes. Ed. Petrópolis. RJ, 1983.

- BOFF, Leonardo. *O caminhar da igreja com os oprimidos*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Codecri, 1991.
- BURKE, Peter. *História como memória social*. In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 67-89. 2000.
- CERTEAU, Michel de: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- COUTO, *Greve na Cobrasma: Uma História de Luta e resistência*. PUC- SP. 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FOULCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- JESUS, Paulo Sergio de. *Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970)*. PUC-SP, São Paulo. 2007.
- SADER, Eder, *Quando Novos personagens entram em cena Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- ROMERO, Mariza. *Ímúteis e Perigosos. O diário da “noite” e a representação das classes populares, São Paulo 1950-1960*. PUC-SP, São Paulo, 2004.
- RIZEK, Cibele Saliba. *Osasco - 1968: A experiência de um movimento*. PUC-SP, São Paulo 1988.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981, p 180 a 201.
- _____, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols, tradução de Denise Bottman. São Paulo, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª ed. Autêntica, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na história oral: A pesquisa como um experimento em igualdade*. In: Projeto história N° 14. Biblioteca, 1996.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. RJ, Editora Zahar, 1979.